



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JÉSSICA RODRIGUES SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E MULHERES
ANALFABETAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

João Pessoa – PB
2024

JÉSSICA RODRIGUES SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E MULHERES
ANALFABETAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Pedagogia da Universidade Federal
da Paraíba, em cumprimento as exigências para
a obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Profa .Dra. Suelídia Maria Calaça

JOÃO PESSOA – PB
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237e Santos, Jéssica Rodrigues.

Educação de jovens e adultos e mulheres analfabetas
na EJA: desafios e perpesctivas / Jéssica Rodrigues
Santos. - João Pessoa, 2024.
56 f.

Orientação: Suelídia Maria Calaça.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Mulheres -
educação. 3. Analfabetismo. I. Calaça, Suelídia Maria.
II. Título.

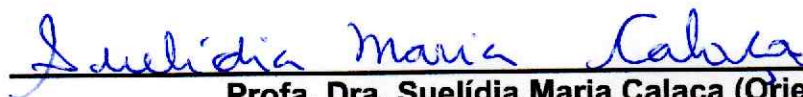
UFPB/CE

CDU 374.7(043.2)

JÉSSICA RODRIGUES SANTOS

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E MULHERES
ANALFABETAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 29/10/2024



Profa. Dra. Suelidia Maria Calaça (Orientadora)
UFPB/DME/CE

Orlandil de Lima Moreira

Profª. Drª (UFPB)
EXAMINADORA

Maria do socorro pimentel da Silva

Profª. (UFPB)
EXAMINADORA

JOÃO PESSOA – PB
2024

Dedico este trabalho aos meus familiares, por terem acreditado no meu potencial, pela compreensão nos momentos que estive ausente e ainda por ser a razão da minha constante busca por melhores dias. Dedico também, aos meus queridos professores e professoras do curso, que durante este longo período de formação, fizeram parte da minha vida. A todos os amigos e amigas, que sempre torceram pelo meu sucesso, e de certa forma contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que é o Senhor de todas as coisas, a Jesus Cristo, amigo sempre presente, sem o qual nada teria feito, por ter guiado e iluminado meu caminho, por atender as minhas orações, me dando entendimento em tudo que necessito. Por ter me enviado verdadeiros amigos os quais foram anjos em minha vida, pois estavam sempre me ajudando nos momentos difíceis.

Aos meus familiares, que sempre incentivaram os sonhos e estiveram sempre ao meu lado, pela compreensão e apoio nas horas ausentes.

A Prof. Dra. Suelídia Maria Calaça, pela atenção, e por sua orientação, que me permitiu concluir este trabalho.

Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade.

(FREIRE, 1997)

RESUMO

O analfabetismo ainda é uma realidade significativa no Brasil, particularmente entre as mulheres adultas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na inclusão social e econômica dessas mulheres. O trabalho tem como objetivo geral investigar os desafios e as barreiras enfrentadas por mulheres analfabetas na EJA e propor estratégias para melhorar sua inclusão e sucesso educacional. Como objetivos específicos Identificar as principais barreiras socioeconômicas, culturais e institucionais que impedem a participação de mulheres analfabetas na EJA; Analisar as experiências e percepções das mulheres analfabetas em relação à EJA e Propor intervenções e estratégias para melhorar a inclusão e a eficácia da EJA para mulheres analfabetas. Nosso estudo se configura como uma pesquisa qualitativa, com base em 2 etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo A problemática da pesquisa sobre a diminuição do analfabetismo no Brasil, especialmente entre as mulheres, e o papel da Educação de Jovens e Adultos (EJA) envolve vários aspectos complexos que precisam ser abordados para entender melhor o cenário atual e identificar soluções eficazes. Os resultados indicaram que as mulheres participantes pertencem a grupos socioeconomicamente vulneráveis, com rendas familiares abaixo de dois salários mínimos. A maioria delas exerce funções informais no mercado de trabalho, como trabalhadoras domésticas ou em atividades informais como venda de alimentos ou artesanato.

Palavra Chaves: Educação de Jovens e Adultos. Mulheres. Analfabetismo.

ABSTRACT

Illiteracy is still a significant reality in Brazil, particularly among adult women. Youth and Adult Education (EJA) plays a fundamental role in the social and economic inclusion of these women. The general objective of this work is to investigate the challenges and barriers faced by illiterate women in EJA and to propose strategies to improve their inclusion and educational success. The specific objectives are to identify the main socioeconomic, cultural and institutional barriers that prevent the participation of illiterate women in EJA; to analyze the experiences and perceptions of illiterate women in relation to EJA; and to propose interventions and strategies to improve the inclusion and effectiveness of EJA for illiterate women. Our study is configured as a qualitative research, based on 2 stages: bibliographic research and field research. The research problem on the reduction of illiteracy in Brazil, especially among women, and the role of Youth and Adult Education (EJA) involves several complex aspects that need to be addressed to better understand the current scenario and identify effective solutions. The results indicated that the participating women belong to socioeconomically vulnerable groups, with family incomes below two minimum wages. Most of them work in informal jobs in the labor market, as domestic workers or in informal activities such as selling food or handicrafts.

KeyWords: Youth and Adult Education. Women. Illiteracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A HISTÓRIA DO ANALFABETISMO NO BRASIL	14
1.1 O conceito e aspectos metodológicos da educação de jovens e adultos	18
1.2 Políticas públicas voltadas para a EJA e sua eficácia	25
2 ALFABETIZAÇÃO DE MULHERES: implicações nas relações e gênero e empoderamento feminino	31
2.1 Implicações sociais e culturais do analfabetismo de mulheres	31
2.2 Analfabetismo: impactos socioeconômicos	36
3 MULHERES BRASILEIRAS QUE FIZERAM HISTÓRIA	42
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	57

INTRODUÇÃO

O analfabetismo ainda é uma realidade significativa no Brasil, particularmente entre as mulheres negras. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na inclusão social e econômica dessas mulheres. Este Trabalho de Conclusão de Curso visa explorar os desafios enfrentados pelas mulheres analfabetas na EJA e identificar estratégias eficazes para melhorar seu acesso e sucesso educacional.

Estatisticamente, o analfabetismo tem diminuído no Brasil, incluindo as mulheres. No entanto, continua sendo um desafio significativo na educação do país. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma alternativa importante para combater esse problema, oferecendo a oportunidade de retorno à escolarização e proporcionando novas perspectivas para as mulheres que não tiveram acesso adequado à educação na infância.

Sou graduanda de pedagogia e durante o curso tive que enfrentar vários desafios, por esse mulher, dona de casa, mãe, enfrentando sempre desafios adicionais, ao cursar a disciplina de educação de jovens e adultos, esse tema me vislumbrou muito pois esses jovens e adultos carregavam consigo histórias de superações, de desafios, de sobrevivência e me tocou muito ver que a EJA podia proporcionar um novo recomeço pra esse público especialmente as mulheres, ao realizar o estágio na EJA pude ver de perto as dificuldades que essas jovens e adultas tinham e ao ouvir melhor cada uma delas, resolvi trabalhar esse tema no meu trabalho de conclusão de curso, pois vi que era algo significativo pra mim como mulher, e que dentro da EJA esse tema deveria receber mais atenção com enfoque na história de vida e os desafios que elas enfrentam.

Através de observações, percebi que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino voltada para atender pessoas que, por diferentes motivos, não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada. No contexto das mulheres analfabetas, a EJA desempenha um papel ainda mais significativo, pois trata de um grupo que enfrenta desafios adicionais, como questões de gênero, responsabilidades familiares, limitações econômicas e, muitas vezes, experiências de discriminação.

A abordagem da EJA para mulheres analfabetas precisa ser sensível a essas realidades, por isto aproximei-me deste tema. Dessa forma, tem-se como Objetivos neste trabalho, Geral: Investigar os desafios e as barreiras enfrentadas por mulheres analfabetas na EJA e propor estratégias para melhorar sua inclusão e sucesso educacional. E objetivos Específicos: Identificar as principais barreiras socioeconômicas, culturais e institucionais que impedem a participação de mulheres analfabetas na EJA; Analisar as experiências e percepções das mulheres analfabetas em relação à EJA e Propor intervenções e estratégias para melhorar a inclusão e a eficácia da EJA para mulheres analfabetas.

Nosso estudo se configura como uma pesquisa qualitativa, com base em em 2 etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica envolve a coleta e análise de materiais acadêmicos, como livros, artigos, teses e documentos institucionais, que já discutiram o tema. A pesquisa de campo é fundamental para complementar a pesquisa bibliográfica com dados empíricos. Ela permite compreender o tema de forma prática e contextualizada, através da coleta de dados diretamente com os sujeitos envolvidos. Como hipótese apresenta-se que as mulheres adultas inseridas na EJA enfrentam barreiras sociais, culturais e econômicas que dificultam sua alfabetização.

A problemática da pesquisa sobre a diminuição do analfabetismo no Brasil, especialmente entre as mulheres, e o papel da Educação de Jovens e Adultos (EJA) envolve vários aspectos complexos que precisam ser abordados para entender melhor o cenário atual e identificar soluções eficazes. Como as mulheres da EJA lidam com o preconceito e a exclusão social para superação do analfabetismo?

Mulheres analfabetas enfrentam desafios adicionais, como a marginalização social e econômica. Compreender suas dificuldades e necessidades específicas na EJA pode ajudar a desenvolver políticas e práticas educativas mais inclusivas e eficazes.

No Brasil, o analfabetismo entre mulheres adultas ainda é uma realidade preocupante, especialmente em áreas rurais e regiões menos desenvolvidas. A redução de instituições escolares, limita as oportunidades de inclusão social, econômica e política dessas mulheres. A alfabetização é um direito fundamental que, quando negligenciado, perpetua ciclos de pobreza e exclusão social.

A alfabetização de mulheres é uma ferramenta poderosa para a promoção da equidade de gênero, uma vez que empodera as mulheres a ocuparem espaços de decisão e participação social. Ao investigar a educação de mulheres adultas na EJA, a pesquisa também contribui para o fortalecimento de políticas que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Essas justificativas fortalecem a relevância da pesquisa, mostrando que ela poderá ter impactos diretos na formulação de políticas educacionais e sociais, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Este estudo tem como objetivo investigar as condições de mulheres analfabetas no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando suas experiências, desafios e as possíveis barreiras ao acesso e permanência na educação. Para isso, a metodologia proposta envolveu uma combinação de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com aplicação de questionário.

A pesquisa bibliográfica foi a etapa inicial do estudo, destinada a coletar e analisar literatura existente sobre os seguintes temas:

- Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil.
- Políticas públicas voltadas à alfabetização de mulheres.
- Desigualdade de gênero na educação.
- Desafios enfrentados por mulheres analfabetas e de baixa escolaridade.
- Impacto do analfabetismo na vida social e econômica das mulheres.

Fontes utilizadas: artigos acadêmicos e livros sobre EJA e gênero, documentos oficiais e relatórios de instituições como a UNESCO, IBGE, ministério da educação (MEC), entre outros, dissertações e teses que discutem a alfabetização de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa de campo foi realizada para coletar dados primários por meio da aplicação de questionários a mulheres matriculadas em programas de EJA ou que não concluíram o processo de alfabetização. Um questionário foi desenvolvido e aplicado a mulheres inseridas no programa de EJA e também àquelas que ainda não tiveram acesso à educação formal.

A pesquisa foi conduzida de acordo com os princípios éticos estabelecidos para a realização de estudos envolvendo seres humanos. Foi garantido o

anonimato e a confidencialidade dos participantes. Todas as mulheres envolvidas foram informadas sobre os objetivos da pesquisa e deram consentimento por escrito para participar.

1 A HISTÓRIA DO ANALFABETISMO NO BRASIL

Os séculos XIX e XX no Brasil, de fato, foram períodos marcados por restrições significativas ao acesso à cidadania para negros, indígenas e mulheres, devido às marcas da colonização e ao preconceito de gênero. Essas restrições tiveram profundas implicações sociais, políticas e econômicas, e ainda refletem nas desigualdades presentes na sociedade brasileira contemporânea.

A promoção da cidadania para negros, indígenas e mulheres foi uma das bandeiras centrais dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, sendo um compromisso com a redução das desigualdades históricas que esses grupos enfrentam no Brasil. Essas políticas estavam profundamente relacionadas ao fortalecimento dos direitos humanos e à ampliação da inclusão social.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem uma história rica e complexa, marcada por avanços e retrocessos, influenciada por contextos políticos, sociais e econômicos ao longo das décadas. Durante o período colonial (1500-1822), a educação no Brasil era restrita às elites e controlada principalmente pela Igreja Católica. Não havia um sistema formal de educação para a população em geral (BRASIL,2010).

No período imperial, surgiram as primeiras iniciativas educacionais voltadas para a população adulta, mas eram esporádicas e limitadas. Surgiram algumas campanhas de alfabetização, mas a educação ainda era elitista e excludente. O analfabetismo era um problema grave. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, marcando o início de uma maior atenção governamental à educação.

Em 1947, a Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA), foi lançada com o objetivo de combater o analfabetismo e promover a educação de adultos. Esta campanha marcou um ponto de partida importante para a EJA no Brasil. O Movimento de Educação de Base (MEB), iniciado em 1961, o MEB foi um programa significativo que utilizava rádios para alfabetizar adultos em áreas rurais, com o apoio da Igreja Católica (LEONCY,2013).

Paulo Freire, um dos maiores educadores brasileiros, desenvolveu o método de alfabetização de adultos, centrado na conscientização crítica e no

diálogo, que teve grande impacto na EJA. Durante o regime militar, muitos programas de educação popular foram desmantelados ou colocados sob rígido controle estatal. A educação passou a ser mais tecnicista e voltada para o desenvolvimento econômico.

Paulo Freire propôs uma educação libertadora, que visa à emancipação do indivíduo e à transformação social. Ele acreditava que a educação não deveria ser apenas um processo de transmissão de conhecimento, mas uma prática de liberdade, um ato político capaz de levar o educando a compreender sua realidade e transformá-la. Para Freire, a educação deve ser um processo dialógico, em que o conhecimento é construído coletivamente, respeitando o contexto social e cultural dos educandos.

A Constituição de 1988 reconheceu a educação como um direito de todos e incluiu a EJA como parte das responsabilidades do Estado. A Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) reconheceu formalmente a EJA como modalidade de ensino e estabeleceu diretrizes para sua implementação. Criado em 1997, o Processo Seletivo de Avaliação Seriada (PAS) foi uma iniciativa importante para reduzir o analfabetismo, com a colaboração de universidades e organizações não-governamentais.

O Plano Nacional de Educação (PNE), estabeleceu metas específicas para a EJA, buscando expandir o acesso e melhorar a qualidade. O Programa Brasil Alfabetizado, lançado em 2003, visava erradicar o analfabetismo, com foco em áreas rurais e populações vulneráveis (FERRARO,2009).

O novo PNE continuou a enfatizar a importância da EJA, com metas para aumentar a escolaridade média da população e reduzir o analfabetismo. A EJA enfrenta desafios contínuos, como a alta taxa de evasão, a necessidade de formação de professores especializados, e a integração com políticas de inclusão social e desenvolvimento econômico. A EJA é fundamental para a inclusão social, oferecendo a adultos a oportunidade de completar sua educação básica e acessar melhores oportunidades de emprego.

As mulheres eram principalmente confinadas ao papel de esposas e mães, com acesso limitado à educação e ao trabalho fora de casa. O Código Civil de 1916, reforçou o papel subordinado das mulheres na sociedade brasileira, conferindo-lhes menos direitos legais em relação aos homens (BRASIL,2010).

O Código Civil de 1916, também conhecido como Código de Beviláqua, foi o primeiro código civil brasileiro, promulgado em 1º de janeiro de 1916 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1917. Este código foi elaborado sob a orientação do jurista Clóvis Beviláqua e representou um marco importante na sistematização do direito civil brasileiro, ao consolidar em um único documento normas jurídicas que regulamentavam as relações privadas no Brasil.

Nas primeiras décadas do século XX, movimentos feministas: Movimento Sufragista, Movimento pela Reforma dos Direitos Cíveis e Legais, Movimento pela Educação e Profissionalização das Mulheres, Movimento Internacional das Mulheres, Movimentos Feministas Socialistas e Operários, Feminismo Negro e Interseccionalidade, começaram a ganhar força, lutando pelo direito ao voto e à educação. As mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932, um marco importante na luta pela igualdade de gênero.

A partir da década de 1960, os movimentos feministas ampliaram suas demandas para incluir direitos reprodutivos, igualdade no trabalho e combate à violência doméstica. A Constituição trouxe avanços significativos para os direitos das mulheres, incluindo igualdade de gênero perante a lei e proteção contra a discriminação e violência.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam uma tendência de queda no analfabetismo no Brasil nas últimas décadas. Em 2020, a taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais era de aproximadamente 6,6%, uma redução significativa em relação às décadas anteriores.

No Brasil, historicamente as mulheres enfrentaram barreiras sócio econômicas como responsabilidades familiares e cuidado com filhos (as) violência de gênero; desigualdade de gênero no mercado de trabalho; analfabetismo e baixa escolaridade; preconceitos e estigmas; baixa qualidade da educação e falta de recursos; falta de políticas públicas eficazes; desigualdade regional e casamento e maternidade precoce.

No entanto, nas últimas décadas, as taxas de analfabetismo entre mulheres têm diminuído mais rapidamente do que entre os homens, resultando em taxas de analfabetismo feminino inferiores às masculinas em muitas regiões do Brasil. O analfabetismo ainda é mais prevalente em regiões como o Nordeste, onde as condições socioeconômicas são mais desafiadoras. A Educação de Jovens e

Adultos (EJA) oferece uma oportunidade fundamental para combater o analfabetismo e promover a inclusão social e econômica das mulheres (RUSSO,2018).

Deste modo, criaram-se os programas de EJA são estruturados para atender às necessidades dos adultos, com horários flexíveis e currículos adaptados. Além de fornecer habilidades básicas de leitura e escrita, a EJA também oferece capacitação profissional e habilidades para a vida, o que pode empoderar as mulheres e melhorar suas perspectivas de emprego e participação social, que nem sempre acontece na prática.

Precisa-se continuar avançando na redução do analfabetismo e na promoção da igualdade de gênero na educação, são necessárias políticas públicas eficazes que ampliem o acesso à EJA, expansão dos programas de EJA, especialmente em áreas rurais e regiões com altas taxas de analfabetismo.

Embora o analfabetismo esteja diminuindo, ainda existem disparidades significativas entre diferentes regiões do Brasil, com o Nordeste apresentando taxas mais altas. Fatores como pobreza, falta de infraestrutura e acesso limitado a recursos educacionais contribuem para a persistência do analfabetismo em certas áreas (BEISIEGEL,1997).

Muitas mulheres enfrentam desafios adicionais, como responsabilidades domésticas e cuidado com os filhos, que dificultam a participação das mesmas em programas de educação. A discriminação de gênero e a falta de apoio específico para mulheres em programas de EJA podem limitar suas oportunidades de aprendizagem

A eficácia dos programas de EJA pode variar, com alguns oferecendo currículos de baixa qualidade ou sendo inacessíveis para aqueles que mais precisam. Muitos adultos podem abandonar os programas devido a dificuldades pessoais, econômicas ou logísticas. A educação é fundamental para a inclusão social, mas as mulheres analfabetas muitas vezes são excluídas de muitas áreas da vida pública e econômica (ROSEMBERG,2006).

A EJA é voltada para jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica (ensino fundamental e médio) na idade adequada. Isso inclui trabalhadores, mulheres que interromperam os estudos por conta da maternidade, pessoas privadas de liberdade, indígenas, quilombolas, migrantes,

e outros grupos sociais que, por diferentes razões, tiveram sua trajetória educacional interrompida.

A falta de habilidades básicas de alfabetização limita as oportunidades de emprego e renda, perpetuando ciclos de pobreza. Muitas vezes, os programas de EJA são subfinanciados, o que limita sua capacidade de atender às necessidades de todos os alunos. Políticas públicas podem não estar alinhadas com as realidades locais e as necessidades específicas das mulheres, resultando em programas que não atingem seus objetivos (BRASIL,2009).

As necessidades e desafios dos alunos adultos podem mudar com o tempo, exigindo uma adaptação constante dos programas de EJA. O analfabetismo e a participação em programas de EJA podem ser estigmatizados, desincentivando a participação. A motivação para retornar à escola pode ser baixa entre adultos, especialmente se não veem benefícios imediatos ou claros. As mulheres analfabetas enfrentam diversos desafios na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que vão além do acesso à sala de aula e refletem questões sociais, culturais, econômicas e de gênero.

1.1 O conceito e aspectos metodológicos da educação de jovens e adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino voltada para pessoas que não tiveram acesso ou não puderam concluir a educação básica na idade apropriada. A educação deve ser encarada pelos educadores de forma criativa e inclusiva, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse público, muitas vezes formado por pessoas que tiveram sua trajetória escolar interrompida, carrega vivências e desafios diversos, o que exige abordagens pedagógicas que levem em conta essas realidades (RIBEIRO,1999).

A criatividade no processo educacional permite que os alunos explorem novas formas de aprendizado, utilizando métodos que vão além do ensino tradicional. Isso pode incluir: atividades práticas e interativas que despertem o interesse dos alunos, como projetos que envolvam suas experiências pessoais ou profissionais.

A inclusão é fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, possam participar plenamente do processo educativo. Na EJA, isso é ainda mais relevante, considerando que muitos estudantes podem ter sofrido exclusão educacional em algum momento de suas vidas. Para garantir uma educação inclusiva o educador deve considerar as diferentes histórias de vida dos alunos, suas origens, e adaptar as metodologias para atender às suas necessidades.

Ao adotar uma abordagem criativa e inclusiva, os educadores podem despertar nos alunos a vontade de aprender e explorar novos saberes. Muitos jovens e adultos que frequentam a EJA têm potenciais que nunca foram devidamente reconhecidos, e a escola pode ser o espaço em que suas manifestações de conhecimento, cultura e habilidades são legitimadas. O papel do educador vai além da transmissão de conhecimento. Ele deve criar um ambiente em que os estudantes possam se expressar livremente, desenvolver sua capacidade crítica e explorar suas potencialidades, contribuindo para sua formação integral e transformação pessoal e social (OLIVEIRA,2009).

A educação, é um processo social e histórico que reflete os valores e interesses de uma determinada época. Ao longo da história, ela tem sido influenciada e moldada pelas elites sociais, que utilizam o poder educacional como ferramenta de manutenção e reprodução de suas estruturas de dominação. Esse caráter histórico da educação revela como os modelos educacionais muitas vezes reproduzem os interesses de uma classe dominante, reforçando desigualdades e limitando o acesso ao conhecimento crítico e emancipador.

A educação não acontece de maneira isolada, ela é produto de contextos sociais, políticos e econômicos. Em diferentes momentos históricos, a educação refletiu a luta de classes, onde as elites buscam manter o controle sobre os recursos e os meios de produção, utilizando a educação como um instrumento de reprodução de seus privilégios. No Brasil, por exemplo no período colonial e imperial, o acesso à educação era restrito às elites brancas e à aristocracia rural.

Durante o século XX, a educação passou a se expandir, mas muitas vezes seguiu um modelo conservador, que preparava os alunos para uma conformidade ao sistema, em vez de promover a crítica e a transformação social.

A ideia de uma educação conservadora e burguesa refere-se à formação escolar que serve aos interesses do sistema capitalista, preparando os indivíduos para o mercado de trabalho sem necessariamente questionar as estruturas de poder que geram desigualdades.

A EJA desempenha um papel importantíssimo na promoção da justiça social e da equidade educacional. Ela representa um direito humano fundamental e é essencial para o desenvolvimento social, econômico e cultural de indivíduos e comunidades. A modalidade busca romper com o ciclo de exclusão social, proporcionando a todos os cidadãos o direito de acesso à educação, independente de sua idade, raça, gênero, etnia, condição social ou experiência de vida.

A questão do analfabetismo no Brasil é, de fato, um desafio histórico e complexo. Apesar dos avanços nos últimos anos, milhões de pessoas acima dos 15 anos ainda não sabem ler ou escrever, o que reflete falhas estruturais no sistema educacional. As causas desse problema são multifacetadas e incluem fatores econômicos, sociais e culturais, mas o modelo educacional adotado também é parte significativa da equação (ARROYO,2011).

Os modelos de educação arcaicos, que se baseiam em métodos tradicionais, muitas vezes voltados para a memorização mecânica e pouco voltados para o desenvolvimento criativo e crítico dos alunos, têm contribuído para essa realidade. Quando a educação não oferece um ambiente que incentive a exploração, a inovação e a criatividade, os alunos tendem a perder o interesse e a confiança no processo de aprendizagem. Esse desestímulo pode levar a evasões escolares e ao abandono precoce, agravando o problema do analfabetismo.

Além disso, muitos sistemas educacionais carecem de recursos adequados para incluir as realidades socioeconômicas dos estudantes, o que reforça a desigualdade educacional. Falta de inovação, metodologias que não dialogam com a realidade dos alunos e uma abordagem padronizada da educação acabam gerando insegurança e insatisfação pessoal, tanto nos alunos quanto nos professores, tornando a experiência educacional desmotivadora.

Superar esse cenário demanda não apenas políticas públicas voltadas à universalização da alfabetização, mas também uma reforma no sistema educacional, promovendo práticas pedagógicas mais dinâmicas, inclusivas e

criativas que despertem o interesse dos alunos e fortaleçam sua autoestima como sujeitos capazes de aprender e transformar suas realidades (VASQUES,2019).

Esse ciclo de desmotivação e medo é uma das causas mais profundas do abandono escolar e do fracasso educacional. Muitos estudantes, ao se depararem com repetências frequentes, exposições humilhantes ou a falta de suporte adequado, começam a internalizar a ideia de que não são capazes de aprender. Esse sentimento de incapacidade leva à perda de interesse pelo processo educacional, fazendo com que eles vejam a escola não como um espaço de crescimento, mas como um ambiente de frustração.

A repetência, em especial, pode ser devastadora. Em vez de ser vista como uma oportunidade de reavaliação e fortalecimento de habilidades, muitas vezes é tratada como um fracasso pessoal, agravado pela falta de acompanhamento individualizado. Quando os alunos são expostos publicamente a seus erros ou ridicularizados diante dos colegas, isso reforça a sensação de inadequação. Esse tipo de humilhação cria barreiras emocionais para o aprendizado, pois o medo de errar ou de ser julgado bloqueia as sensações positivas associadas à descoberta e ao crescimento intelectual.

Além disso, o ambiente escolar nem sempre oferece o suporte emocional e pedagógico necessário para que esses alunos superem suas dificuldades. A falta de uma abordagem mais humana, que considere as diferenças de ritmo e estilo de aprendizagem, acaba marginalizando aqueles que não se enquadram no padrão. Sem esse suporte, muitos estudantes optam por deixar a escola, convencidos de que nunca serão capazes de alcançar o sucesso acadêmico (BEISIEGEL,1997).

Para quebrar esse ciclo, é necessário repensar a forma como o sistema educacional lida com o erro e com as dificuldades individuais. Um ambiente de aprendizagem deve ser inclusivo, acolhedor e estimular o aluno a ver os desafios como oportunidades de crescimento, e não como ameaças à sua autoestima. A valorização do esforço, o apoio emocional e a personalização do ensino podem ajudar a restaurar a confiança dos alunos e a tornar a experiência escolar mais prazerosa e significativa.

A concepção de que as classes menos favorecidas não têm condições de aprender é um reflexo de uma visão elitista e discriminatória, profundamente

enraizada na sociedade brasileira. Essa crença perpetua a marginalização de grupos socioeconomicamente vulneráveis, reforçando a ideia de que sua função principal seria a de fornecer mão de obra barata e sem qualificação, mantendo-os à margem da pirâmide social. Essa visão, no entanto, não só é injusta como também ignora o potencial criativo e intelectual que existe em todas as pessoas, independentemente de sua origem social.

Para reverter essa concepção, a escola tem um papel fundamental como agente de transformação social. Ela deve adotar políticas educacionais que não apenas reconheçam a diversidade, mas que também a valorizem e a incorporem em seu cotidiano. Isso implica abandonar um modelo único de educação que tenta moldar todos os alunos da mesma forma, em favor de uma abordagem mais inclusiva e adaptada às diferentes realidades e talentos (RUSSO,2018).

O desafio é criar um ambiente escolar que veja as diferenças como forças, onde as habilidades individuais de cada aluno sejam reconhecidas e valorizadas. Um plano de ação educacional eficaz deve partir do princípio de que todos têm algo a contribuir, seja em termos de experiências de vida, habilidades práticas ou talentos criativos. Em vez de focar nas limitações, a escola deve identificar e estimular as potencialidades de cada estudante, promovendo um aprendizado colaborativo em que todos possam se ver como participantes ativos e valiosos.

Essa abordagem não só beneficia os indivíduos, aumentando sua autoestima e motivação, mas também fortalece o coletivo. Ao incentivar os alunos a contribuir com suas habilidades únicas, a escola pode promover um senso de pertencimento e solidariedade, onde todos se apoiam e crescem juntos. Essa valorização da diversidade é essencial para que a educação cumpra seu papel de reduzir desigualdades e criar oportunidades para todos.

Além disso, essa mudança de perspectiva exige também uma reformulação da formação dos professores, para que estejam preparados para trabalhar com essa diversidade e para identificar as potencialidades de cada aluno. Políticas públicas comprometidas com a inclusão, com financiamento adequado e práticas pedagógicas inovadoras, são essenciais para transformar a escola em um espaço de igualdade e empoderamento, rompendo com as

barreiras históricas que têm mantido os menos favorecidos em uma posição de desvantagem (BRASIL,2009).

Essa abordagem, que busca inserir alunos defasados em grupos mais avançados, com o objetivo de motivá-los e reduzir a disparidade educacional, pode ser benéfica quando acompanhada de suporte adequado. No entanto, não se pode ignorar a complexidade das realidades sociais que muitos desses alunos enfrentam, o que frequentemente influencia diretamente seu desempenho e engajamento na escola.

A realidade social dos estudantes, especialmente das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, é um fator importantíssimo para compreender suas dificuldades. Muitos alunos vivem em contextos marcados por violência, negligência, abusos e, em alguns casos, responsabilidades adultas, como o trabalho infantil para ajudar na renda familiar. Essas condições criam barreiras emocionais, psicológicas e físicas para o aprendizado, fazendo com que a simples inserção em grupos mais avançados, sem um acompanhamento mais profundo, não seja suficiente para garantir seu sucesso acadêmico.

Para que a inserção de alunos em grupos mais adiantados funcione de forma eficaz, é essencial que a escola adote uma abordagem holística, considerando não apenas as necessidades pedagógicas, mas também as socioemocionais de cada aluno. Isso requer uma rede de apoio que vá além do currículo acadêmico (ROSEMBERG, 2006).

A inserção em grupos mais avançados deve ser acompanhada de um esforço por parte dos professores e da escola em criar um ambiente acolhedor, onde o erro não seja estigmatizado e onde cada aluno se sinta valorizado e motivado a progredir. Isso também envolve desenvolver metodologias que permitam a personalização do ensino, para que os alunos possam avançar no seu próprio ritmo, mas sem se sentirem excluídos ou sobrecarregados.

Os educadores precisam estar preparados para lidar com a diversidade social e emocional dos alunos. Isso exige uma formação continuada que inclua estratégias pedagógicas voltadas à inclusão e à sensibilização para questões sociais. Professores que entendem o contexto de vida de seus alunos são mais capazes de desenvolver práticas que os motivem, mesmo em situações difíceis.

A defasagem educacional não pode ser resolvida apenas com mudanças no método de ensino ou com a reorganização das turmas. É

necessário um esforço conjunto entre educadores, famílias, serviços de assistência social e o governo para criar condições que permitam que os alunos superem não só as barreiras acadêmicas, mas também as dificuldades impostas por suas realidades sociais. Dessa forma, será possível promover uma educação verdadeiramente inclusiva, que respeite e valorize as singularidades de cada aluno e ofereça oportunidades reais de superação e crescimento.

A realidade do analfabetismo e da baixa escolaridade no Brasil, como mostram as pesquisas do Ministério da Educação, é alarmante. Com 16 milhões de pessoas analfabetas e 33 milhões que não concluíram a 4ª série do ensino fundamental, fica claro que o sistema educacional ainda não conseguiu alcançar todos os segmentos da população de maneira eficaz. Esses números são ainda mais preocupantes nas regiões norte e nordeste, onde a concentração dessas dificuldades é maior devido a uma série de fatores históricos, econômicos e sociais (RIBEIRO,1999).

Para que a escola consiga enfrentar esses desafios, ela precisa, de fato, repensar seus valores e sua abordagem pedagógica, adotando uma perspectiva mais inclusiva e sensível às diversas realidades que compõem o ambiente educacional.

As disparidades regionais, especialmente nas áreas rurais e nas periferias urbanas, dificultam o acesso a uma educação de qualidade. A falta de infraestrutura básica, como transporte escolar, materiais didáticos adequados e professores qualificados, contribui para a manutenção desse ciclo de exclusão. Para reduzir essas desigualdades, é essencial que as políticas públicas sejam direcionadas especificamente às áreas mais carentes, oferecendo incentivos e condições para que alunos dessas regiões possam ter uma educação digna.

A escola deve adotar uma postura investigativa, identificando por que alguns alunos conseguem aprender enquanto outros enfrentam dificuldades. Isso envolve uma análise cuidadosa dos métodos de ensino, do contexto social dos alunos e da própria estrutura educacional. As causas podem ser múltiplas: desde problemas de saúde, como dificuldades auditivas e visuais não diagnosticadas, até questões emocionais e psicológicas decorrentes de situações familiares desafiadoras (BRASIL,1996).

É fundamental que o ensino faça sentido na vida dos alunos. Muitas vezes, os conteúdos são apresentados de forma descontextualizada,

desconectados da realidade dos estudantes, especialmente em áreas rurais ou em regiões com culturas locais específicas. A educação deve ser relevante e adaptada ao cotidiano dos alunos, para que eles vejam valor no que estão aprendendo e possam aplicar esse conhecimento em suas vidas.

Para lidar com as diferenças entre os alunos, é imprescindível que os professores estejam preparados para reconhecer essas diversidades e adaptar suas práticas pedagógicas. Isso inclui formação continuada que promova a inclusão de alunos com diferentes ritmos de aprendizagem, oriundos de contextos sociais distintos. Um professor que compreende a realidade de seus alunos pode criar estratégias para motivá-los e ajudá-los a superar as barreiras.

Diante de um número tão elevado de adultos que não conseguiram completar a educação básica, programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são essenciais. Muitas dessas pessoas foram forçadas a abandonar a escola para trabalhar ou por falta de acesso à educação, e oferecer a eles uma segunda oportunidade de aprendizado é uma forma de combater o analfabetismo e aumentar a inclusão social (OLIVEIRA,2009).

A educação não pode ser isolada das questões sociais mais amplas. A pobreza, a fome, a falta de moradia adequada e a violência doméstica são fatores que afetam diretamente o desempenho escolar dos alunos. Programas de transferência de renda, alimentação escolar de qualidade e políticas de proteção à criança e ao adolescente são essenciais para criar um ambiente em que os alunos possam se concentrar no aprendizado.

A escola deve funcionar como um espaço de acolhimento e transformação, onde todas essas dimensões desde as diferenças regionais até as questões individuais sejam levadas em consideração. Diminuir as desigualdades educacionais requer um esforço coordenado entre governos, comunidades escolares e sociedade civil, para que cada aluno possa ser tratado como um ser único, com suas potencialidades e desafios, e tenha a oportunidade de construir um futuro melhor através da educação.

1.2 Políticas públicas voltadas para a EJA e sua eficácia

As políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) são fundamentais para promover a inclusão educacional e a equidade social. No

Brasil, diversas políticas foram implementadas ao longo dos anos para melhorar o acesso e a qualidade da educação para adultos e jovens que não completaram a educação básica na idade apropriada.

A LDB estabelece as diretrizes para a educação nacional, incluindo a EJA. Define que a EJA deve oferecer educação básica (fundamental e médio) para jovens e adultos, e prevê a adaptação do currículo às necessidades e condições desse público. A LDB formalizou a EJA como uma modalidade educacional legítima, criando um marco legal para sua oferta e garantindo seu reconhecimento no sistema educacional.

As políticas públicas voltadas para a EJA têm desempenhado um papel importante em promover a inclusão educacional e reduzir o analfabetismo. No entanto, a eficácia dessas políticas é impactada por desafios relacionados ao acesso, à qualidade da educação, à continuidade e ao reconhecimento das experiências dos alunos. Para melhorar a eficácia, é essencial investir em soluções inclusivas, adaptar as práticas pedagógicas às necessidades dos alunos e garantir um suporte contínuo e sustentável.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, realmente, carrega uma história marcada por exclusões e desigualdades que refletem as injustiças sociais mais amplas do país. A EJA surgiu em um contexto onde a educação era amplamente considerada um privilégio da elite. Historicamente, o acesso à escolarização foi restrito a grupos favorecidos, enquanto a maioria da população especialmente negros, pobres e pessoas com deficiência foi sistematicamente excluída do sistema educacional. Essa exclusão não só limitou as oportunidades de aprendizado, mas também perpetuou ciclos de pobreza e marginalização (ROSEMBERG, 2006).

Com a Constituição de 1988, a educação passou a ser reconhecida como um direito de todos os cidadãos, independentemente de idade, raça ou condição social. A EJA, portanto, tornou-se um meio de redirecionar essa exclusão, buscando promover a inclusão de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal na infância e adolescência. Contudo, a efetivação desse direito ainda enfrenta desafios significativos.

Apesar dos avanços, a EJA enfrenta uma série de dificuldades, incluindo a falta de recursos, a desvalorização do trabalho dos educadores e a ausência de políticas públicas efetivas que garantam a qualidade do ensino.

Muitas vezes, as turmas de EJA são vistas como alternativas inferiores, e isso pode levar à perpetuação de estigmas e preconceitos.

A EJA deve ser uma abordagem inclusiva que considere as diversas realidades e experiências dos alunos. Isso implica um currículo que dialogue com as vivências dos estudantes e que valorize seus conhecimentos prévios. Para ser verdadeiramente eficaz, a EJA precisa promover não apenas a alfabetização, mas também a formação cidadã, preparando os alunos para participar ativamente na sociedade (BRASIL,2010).

A formação continuada dos educadores da EJA é fundamental para garantir que eles estejam preparados para lidar com a diversidade de experiências e necessidades dos alunos. Profissionais capacitados podem implementar metodologias que tornem o aprendizado mais significativo e relevante, contribuindo para a autoestima e a motivação dos estudantes.

A EJA também é influenciada pelo movimento de educação popular, que propõe uma educação crítica, voltada para a transformação social. Essa abordagem busca não apenas a alfabetização, mas também a conscientização política e social dos alunos, promovendo uma educação que empodera e instiga a mudança.

As políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil são relativamente recentes, com um histórico de cerca de 50 anos. Esse período é marcado por lutas constantes para garantir que os direitos educacionais desse público sejam respeitados. Desde campanhas de alfabetização até programas mais estruturados, a trajetória da EJA tem sido caracterizada pela busca por reconhecimento e inclusão social (RIBEIRO,1999).

Como mencionado, as ações voltadas para a EJA muitas vezes apresentaram características de provisoriedade e descontinuidade. Isso pode ser atribuído a fatores como a falta de um planejamento a longo prazo, recursos financeiros insuficientes e a dificuldade de implementação de políticas que atendam às especificidades desse público. Essa fragmentação prejudica a consolidação de uma educação de qualidade e acessível.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, estabelecidas em 2000, reconhecem a defasagem educacional enfrentada por muitos brasileiros e a necessidade de políticas que promovam a inclusão e a participação plena na sociedade. Essas diretrizes enfatizam que a educação deve respeitar a

integralidade dos sujeitos educacionais, ou seja, considerar suas histórias de vida, contextos sociais e culturais.

A redução do número de analfabetos e a promoção da educação para jovens e adultos não podem ser tratadas como uma questão emergencial. Em vez disso, é necessário desenvolver ações sistemáticas e sucessivas que se complementem. Isso implica um planejamento educacional que considere as diferentes etapas da vida do educando, promovendo não apenas a alfabetização, mas também a formação integral (BRASIL,2008).

O acesso à EJA deve ser entendido como um passo importante para a integração dos indivíduos à vida produtiva e ao exercício pleno da cidadania. Garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso envolve ações que vão além da sala de aula, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

Embora haja um reconhecimento da importância da EJA, muitos desafios ainda persistem, como a falta de recursos, a resistência cultural à educação de adultos e a necessidade de formação específica para os educadores que atuam nesse campo. O fortalecimento das políticas públicas e a articulação entre diferentes setores são fundamentais para garantir que a EJA cumpra seu papel de promover a inclusão e a cidadania.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo complexo e essencial que exige uma reflexão aprofundada sobre suas funções, finalidades e a necessidade de se alinhar aos princípios de uma escola popular e democrática, conforme defendido por Paulo Freire (OLIVEIRA,2009).

A EJA tem funções específicas que vão além da mera alfabetização. A EJA deve possibilitar que os educandos adquiram conhecimentos e habilidades que possam melhorar sua qualidade de vida e suas perspectivas de trabalho. A visão de Freire sobre a educação como um ato político é central para a EJA.

A EJA deve promover uma leitura crítica da realidade, levando os educandos a reconhecer as desigualdades sociais e a se engajar ativamente na busca por mudanças. O processo educativo deve ser dialógico, em que educadores e educandos compartilham experiências e conhecimentos, promovendo uma relação de igualdade e respeito mútuo. Freire enfatiza a importância da leitura da realidade.

A educação deve partir da realidade vivida pelos alunos, considerando suas experiências e desafios cotidianos. Isso requer que os educadores compreendam as especificidades de seus alunos, como questões socioeconômicas, culturais e históricas. Ao compreender sua realidade, os alunos são incentivados a se apropriar das habilidades de leitura e escrita, o que os capacita a interagir de maneira mais eficaz em uma sociedade letrada (CARNEIRO,2001).

Muitas vezes, a EJA enfrenta a falta de recursos financeiros, materiais e humanos que comprometem a qualidade do ensino. A EJA pode carregar estigmas que desencorajam pessoas a se matricularem ou a valorizarem sua educação, como a ideia de que é uma modalidade inferior. A formação de educadores que atuam na EJA deve ser um foco, garantindo que estejam preparados para lidar com as especificidades do público-alvo.

O reconhecimento do direito à educação para jovens e adultos é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É fundamental entender que a educação é um direito humano universal. No entanto, a realidade é que muitos jovens e adultos ainda enfrentam barreiras que dificultam seu acesso à educação. Isso inclui fatores socioeconômicos, culturais e institucionais que perpetuam a exclusão e a marginalização.

A escola reúne indivíduos de diferentes contextos culturais, étnicos e socioeconômicos. Essa diversidade enriquece o ambiente escolar, permitindo trocas significativas de experiências e saberes. A educação deve ser um processo dialógico, onde o aprendizado ocorre por meio da interação. A troca de ideias e a construção conjunta do conhecimento são essenciais para o desenvolvimento crítico e criativo dos alunos (LEONCY,2013).

A escola deve incentivar a criatividade, permitindo que os alunos expressem suas ideias e desenvolvam soluções inovadoras para os desafios que enfrentam. Isso não apenas melhora o aprendizado, mas também fortalece a capacidade dos alunos de agir como agentes de mudança em suas comunidades.

A escola deve promover uma leitura crítica do mundo, que vai além da simples aquisição de conhecimentos acadêmicos. Os alunos devem ser encorajados a refletir sobre a sociedade em que vivem, identificando suas problemáticas e buscando soluções coletivas. A leitura do mundo é tão

importante quanto a leitura da palavra, pois permite que os alunos compreendam sua realidade e suas condições de vida.

Uma educação que promove a participação efetiva dos alunos no processo escolar contribui para que eles se sintam valorizados e parte da comunidade. Essa participação ativa é fundamental para o desenvolvimento de cidadãos críticos e engajados. Os educandos devem ser incentivados a questionar as normas sociais, os preconceitos e as desigualdades que existem em sua comunidade. Isso pode levar à conscientização e à mobilização para a mudança social (FERRARO,2009).

Ao entender as realidades diversas de seus colegas, os alunos podem desenvolver empatia e solidariedade, características essenciais para a convivência pacífica e a promoção de um ambiente social mais justo. A falta de recursos adequados, como materiais didáticos e infraestrutura, pode comprometer a qualidade do ensino.

A educação de jovens e adultos ainda enfrenta preconceitos que podem desvalorizar o processo educativo e desestimular os alunos. É vital que os educadores sejam formados e capacitados para trabalhar com essa população, reconhecendo suas necessidades e especificidades.

2 ALFABETIZAÇÃO DE MULHERES: implicações nas relações e gênero e empoderamento feminino

2.1 Implicações sociais e culturais do analfabetismo de mulheres

Ao abordar a alfabetização como um dos pilares fundamentais da cultura contemporânea e, ao mesmo tempo, destacar as limitações que surgem quando tentamos generalizar sua importância ou aplicá-la de forma universal, sem considerar as diferenças culturais, sociais e históricas entre as nações.

Nas sociedades urbano-industriais, a alfabetização é vista como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento individual e coletivo. O domínio da leitura e da escrita permite que os indivíduos participem ativamente de diversos âmbitos sociais e econômicos, facilitando o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, que é uma característica marcante dessas sociedades (GALVÃO,2014).

As sociedades que valorizam predominantemente a oralidade, por exemplo, muitas vezes são vistas como "atrasadas" ou "inferiores" por não terem incorporado a escrita e a leitura como pilares de sua cultura, o que reflete uma perspectiva etnocêntrica.

Essa visão ignora que, para muitos povos, a comunicação oral desempenha um papel fundamental e não é menos rica ou complexa do que a comunicação escrita. Culturas orais preservam saberes, tradições e histórias por meio de formas próprias de transmissão do conhecimento, como a contação de histórias, canções e rituais. Portanto, a exclusividade dada à alfabetização escrita pode obscurecer a compreensão desses grupos e suas formas de existência, o que leva à marginalização cultural.

A globalização da economia e da cultura trouxe consigo uma intensificação da valorização da escrita como uma forma dominante de comunicação e interação social. Contudo, nem todas as sociedades tiveram o mesmo desenvolvimento econômico ou enfrentaram as mesmas transformações culturais. Isso significa que muitas comunidades ainda vivem predominantemente em sistemas não letrados ou em situações onde a alfabetização formal não é amplamente acessível ou praticada (RIBEIRO,1999).

As formas orais de comunicação, que continuam a ser essenciais para a preservação da identidade cultural e para a organização social em diversas partes do mundo, correm o risco de serem desvalorizadas ou até mesmo extintas em favor de uma visão dominante centrada no modelo ocidental de alfabetização.

Os direitos das mulheres ocupam um lugar central nas discussões globais sobre igualdade de gênero, justiça social e desenvolvimento sustentável. A UNESCO, em sua missão de promover a educação, a ciência e a cultura, tem desempenhado um papel fundamental na promoção do empoderamento feminino e na defesa dos direitos das mulheres em diversas esferas da sociedade. O foco dessa atuação está na criação de oportunidades e no combate às desigualdades estruturais que historicamente têm colocado as mulheres em situações de vulnerabilidade (BRASIL,1999).

O conceito de empoderamento das mulheres adotado pela UNESCO não se restringe apenas à ideia de fortalecimento individual, mas envolve a criação de condições sociais, econômicas, políticas e culturais que permitam que as mulheres tenham maior controle sobre suas vidas e decisões. Isso inclui o acesso à educação de qualidade, à participação ativa em processos políticos e econômicos, e ao reconhecimento e respeito pelos direitos humanos das mulheres em todas as suas diversidades.

A UNESCO defende a educação como um direito fundamental e como um caminho essencial para o empoderamento. A organização tem investido em programas que promovem o acesso das meninas à escola, reduzem a evasão escolar feminina e garantem que as mulheres tenham oportunidades iguais em todas as fases da vida educacional. A educação é vista como a chave para quebrar o ciclo de pobreza e desigualdade que afeta tantas mulheres ao redor do mundo.

A UNESCO tem estudado e mapeado as diferentes formas de governabilidade que afetam as mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada. Isso inclui a identificação das barreiras que impedem o pleno exercício dos direitos das mulheres e a análise de como as normas culturais, sociais e econômicas influenciam suas vidas. O objetivo é promover políticas que reconheçam essas realidades e ofereçam soluções práticas e eficazes para a inclusão das mulheres em processos decisórios (LEONCY,2013).

Um dos focos da UNESCO é garantir que as mulheres tenham maior participação nas estruturas de governança. Isso inclui iniciativas que incentivem a participação política feminina, promovam a liderança das mulheres em cargos de poder e tomem medidas para enfrentar a sub-representação das mulheres em espaços de decisão. A organização reconhece que a governabilidade justa e equitativa só é possível quando há igualdade de gênero.

A promoção dos direitos humanos das mulheres é uma prioridade constante para a UNESCO. Isso inclui a luta contra a violência de gênero, o combate ao tráfico de mulheres e meninas, e o enfrentamento de práticas prejudiciais, como o casamento infantil e a mutilação genital feminina. A organização trabalha em colaboração com governos e a sociedade civil para criar ambientes seguros onde as mulheres possam viver sem medo de violência ou discriminação.

A UNESCO reconhece que o empoderamento das mulheres também está intimamente ligado à independência econômica. Através de programas que promovem o empreendedorismo feminino, a inclusão das mulheres no mercado de trabalho e o acesso a recursos financeiros, a organização busca garantir que as mulheres possam exercer seu direito à autonomia e igualdade econômica (BRASIL,2010).

Em todas essas frentes, a UNESCO busca uma transformação estrutural que envolva políticas públicas, mudanças culturais e educativas, e a participação ativa das próprias mulheres no processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O empoderamento das mulheres, portanto, é visto como um processo contínuo, que vai além da simples melhoria das condições de vida, buscando garantir que as mulheres tenham voz ativa e poder de decisão em todas as esferas da sociedade, da pública à privada.

Ao promover o empoderamento das mulheres, a UNESCO trabalha para criar uma sociedade onde as mulheres não sejam apenas participantes, mas protagonistas de sua própria história, com direitos garantidos e oportunidades plenas de realizar seu potencial.

Ao longo do século XX, as mulheres brasileiras conquistaram uma série de direitos, especialmente nas décadas pós-Segunda Guerra Mundial. A luta por direitos eleitorais, educacionais, trabalhistas e sociais foi constante, culminando com a conquista do direito ao voto em 1932. No entanto, as políticas públicas

voltadas para as mulheres demoraram a se concretizar e não eram prioritárias na agenda política nacional. A mobilização das mulheres nas décadas de 1970 e 1980, particularmente durante a ditadura militar (1964-1985), foi fundamental para a criação de um espaço político mais amplo para as questões femininas, como a luta pela democracia, pelos direitos humanos e pela igualdade de gênero.

No ano de 2003, deu-se a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O ponto de inflexão para a criação de uma estrutura institucional focada nas políticas para as mulheres foi a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Em 2003, o governo federal criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), vinculada à Presidência da República, com o objetivo de promover e articular políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero e a promoção dos direitos das mulheres. A criação da SEPM foi uma resposta ao crescente movimento feminista e às pressões de grupos de mulheres por um espaço institucional que pudesse coordenar as políticas públicas voltadas a esse segmento da população. A criação da Secretaria foi também parte de um esforço do governo Lula em fortalecer a inclusão social e ampliar a representação das mulheres nas estruturas de poder.

A criação de um ministério específico para as políticas voltadas às mulheres, por meio da elevação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres ao *status* de ministério, marca um passo importante na governabilidade brasileira. Essa medida reflete uma nova concepção de governança, onde as políticas públicas de igualdade de gênero e direitos das mulheres são reconhecidas como prioridade do Estado e parte fundamental do desenvolvimento social e democrático (HADDAD,2010).

Emília Fernandes foi ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SEPM) durante o governo de Dilma Rousseff, entre os anos 2011 e 2013. Ela assumiu o cargo em janeiro de 2011, durante o primeiro mandato de Dilma, e permaneceu até a elevação da Secretaria à categoria de ministério, em 2013, quando a SEPM foi transformada no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, e Emília Fernandes não continuou à frente da nova estrutura ministerial.

A liderança de Emília Fernandes nesse processo, como ministra (2011), introduz um enfoque inovador em sua gestão. A ministra propõe ações

específicas para promover a igualdade de gênero e a equidade social. Esse tipo de política vai além de um enfoque assistencialista, promovendo uma transformação estrutural para corrigir desigualdades históricas. A criação de oportunidades justas para mulheres, especialmente as que vivem em situações de vulnerabilidade social, é um dos objetivos centrais dessas iniciativas. Ao focar tanto na igualdade (oferecer condições semelhantes para todos) quanto na equidade (reconhecer as diferentes necessidades de grupos específicos), a gestão busca um impacto profundo e duradouro na melhoria das condições de vida das mulheres.

O segundo aspecto da política de Emília Fernandes reforça a importância das parcerias interinstitucionais e da colaboração com a sociedade civil. Ao estabelecer vínculos com outros ministérios e secretarias, a gestão busca uma abordagem transversal para as questões de gênero, que envolva setores como saúde, educação, segurança pública, trabalho e desenvolvimento social. Esse esforço conjunto entre diferentes esferas do governo potencializa o impacto das políticas públicas.

A relação com a sociedade civil é outro ponto central dessa política, representando uma conquista histórica do movimento de mulheres no Brasil. O movimento feminista sempre desempenhou um papel ativo na luta pelos direitos das mulheres e foi fundamental para pressionar por mudanças institucionais que resultassem na criação de políticas de igualdade. Ao incluir esses movimentos na formulação e implementação de políticas, o ministério reconhece a expertise e a experiência prática que as organizações de mulheres trazem para o processo de governabilidade (BRASIL, 2008).

Essa nova concepção de governabilidade é mais democrática e participativa, baseada no diálogo com a sociedade civil e no reconhecimento de que as políticas públicas precisam ser construídas de forma inclusiva. A gestão de Emília Fernandes reflete um modelo de governança que vê a igualdade de gênero não apenas como um objetivo isolado, mas como um pilar do desenvolvimento social, ao mesmo tempo em que fortalece as instituições democráticas ao ampliar a participação das mulheres em todos os níveis da sociedade.

Durante o governo Lula, o destaque dado a programas como o Fome Zero (2003-2011), o combate à exploração sexual e a meta de erradicação do

analfabetismo dentro de quatro anos revelou um forte compromisso com a justiça social e a redução das desigualdades no Brasil. Em todas essas frentes, as mulheres desempenharam um papel fundamental, tanto como vítimas de longas desigualdades quanto como agentes estratégicas de transformação.

O Programa Fome Zero, voltado para a erradicação da fome e a insegurança alimentar, reconheceu o papel central das mulheres na luta contra a pobreza. As mulheres, especialmente em áreas rurais e em comunidades vulneráveis, são muitas vezes as principais responsáveis pela alimentação e bem-estar de suas famílias. Além disso, são desproporcionalmente afetadas pela pobreza e a fome, e garantir a elas acesso a recursos, treinamento e apoio foi um componente chave para o sucesso do programa (CARNEIRO,2001).

O Fome Zero envolveu mulheres em projetos de agricultura familiar e cooperativas de produção, o que não apenas contribuiu para a segurança alimentar, mas também fortaleceu a autonomia econômica das mulheres, proporcionando-lhes oportunidades de liderança em suas comunidades.

No que se refere ao combate à exploração sexual, as mulheres estão na linha de frente das vítimas dessa grave violação dos direitos humanos. O governo Lula, ao abordar essa questão com rigor, buscou enfrentar o tráfico de mulheres e crianças e as redes de exploração sexual que historicamente afetam as populações mais vulneráveis, sobretudo em regiões economicamente desfavorecidas.

O movimento feminista teve um papel significativo em pressionar por políticas mais severas e em fornecer apoio psicológico e legal às vítimas. A atuação das mulheres, seja como parte da sociedade civil ou nas esferas governamentais, foi fundamental para a implementação de políticas públicas de proteção, prevenção e assistência às vítimas (GALVÃO,2014).

2.2 Analfabetismo: impactos socioeconômicos

No campo da erradicação do analfabetismo, as mulheres foram tanto vítimas quanto figuras estratégicas. O analfabetismo atinge mais intensamente as mulheres, especialmente as mais velhas, nas regiões mais pobres do Brasil. O governo Lula, com a meta ambiciosa de erradicar o analfabetismo em quatro

anos, viu na inclusão das mulheres em programas de educação uma maneira de quebrar ciclos de pobreza e promover a ascensão social.

Mulheres alfabetizadas não só obtêm maior autonomia pessoal e econômica, como também contribuem diretamente para a educação e o desenvolvimento de suas famílias, reforçando a importância da educação na transformação social. Esse esforço também representou uma forma de reparação histórica para as mulheres que, por gerações, foram privadas de acesso à educação formal.

Além de serem alvo dessas iniciativas, as mulheres também contribuíram com um capital cultural valioso, acumulado através de suas vivências e da atuação de movimentos feministas. O movimento de mulheres no Brasil, com sua trajetória de luta por direitos e justiça social, trouxe conhecimento prático e político para a formulação dessas políticas públicas. As experiências de mulheres que enfrentam diariamente as dificuldades da pobreza, da violência e da exclusão educacional permitiram que essas políticas fossem moldadas de maneira mais inclusiva e eficaz (ARROYO, 2011).

As vivências das mulheres em diferentes contextos, desde o enfrentamento da fome até a luta pela educação, foram essenciais para orientar as estratégias adotadas. Sua atuação em movimentos sociais e ONGs, aliada ao seu papel estratégico na sociedade, possibilitou uma visão mais ampla e sensível das problemáticas enfrentadas.

As políticas sociais do governo Lula, especialmente nos campos da erradicação da fome, do combate à exploração sexual e da alfabetização, não apenas responderam às necessidades das mulheres como grupo vulnerável, mas também aproveitaram sua contribuição ativa para o sucesso desses programas. A integração do conhecimento, das vivências e da resistência das mulheres, em conjunto com as metas estabelecidas, resultou em uma abordagem mais eficaz e humana para o enfrentamento das desigualdades estruturais no Brasil.

O analfabetismo tem impactos profundos tanto no nível individual quanto no coletivo, afetando diretamente o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. O acesso limitado à leitura e à escrita restringe oportunidades e gera desigualdades que perpetuam ciclos de pobreza e exclusão. Indivíduos analfabetos têm maior dificuldade de acessar empregos formais, pois grande

parte das vagas requer habilidades de leitura, escrita e, muitas vezes, conhecimento básico de tecnologia. Muitos acabam recorrendo ao mercado informal, onde as condições de trabalho são geralmente mais precárias e mal remuneradas, o que perpetua a pobreza e a falta de proteção social (HADDAD,2010).

Em setores onde a leitura e a escrita são essenciais para a execução de tarefas, como a indústria, o comércio e os serviços, a falta dessas habilidades gera ineficiência. Indivíduos analfabetos não conseguem desempenhar funções que requerem preenchimento de relatórios, leitura de manuais ou uso de tecnologia, o que limita sua contribuição à produtividade. O analfabetismo limita a capacidade de inovação dentro das empresas, uma vez que os trabalhadores analfabetos têm menos acesso a novas informações e tendências tecnológicas que poderiam impulsionar o desenvolvimento e o crescimento econômico.

O analfabetismo está intimamente ligado à pobreza e exclusão social. Indivíduos que não conseguem ler ou escrever têm menos acesso a oportunidades de emprego de qualidade, o que contribui para a perpetuação de condições econômicas precárias. Isso cria um ciclo intergeracional, onde os filhos de pessoas analfabetas tendem a enfrentar as mesmas dificuldades.

Analfabetos podem ter dificuldades para acessar serviços públicos, como saúde e educação, por não conseguirem preencher formulários, entender bulas de medicamentos ou se orientar por informações escritas. Isso agrava a exclusão social e econômica. O analfabetismo compromete a capacidade de um cidadão participar de maneira plena e informada no processo democrático. Indivíduos analfabetos têm mais dificuldade em entender notícias, programas políticos, propostas de governo e até o processo de votação, o que restringe sua voz nas decisões políticas (OLIVEIRA,2009).

A falta de habilidades básicas de leitura e escrita pode levar à dependência de outras pessoas para realizar tarefas cotidianas, como interpretar documentos oficiais ou entender contratos, o que aumenta a vulnerabilidade de serem explorados ou manipulados. O analfabetismo afeta de maneira desproporcional as mulheres, especialmente em regiões rurais e em populações de baixa renda. Isso agrava as desigualdades de gênero, pois mulheres analfabetas têm menos oportunidades de emprego e de exercer independência econômica, o que as deixa mais vulneráveis à violência doméstica* e à exploração.

A alfabetização é uma ferramenta crucial para o empoderamento feminino, já que permite que as mulheres participem de maneira ativa na vida social, política e econômica, aumentando suas chances de romper com ciclos de pobreza e dependência. Indivíduos analfabetos enfrentam obstáculos para compreender instruções médicas, bulas de medicamentos e campanhas de saúde pública. Isso pode levar ao uso inadequado de medicamentos, ao não cumprimento de tratamentos e à piora de condições de saúde.

O analfabetismo em grande escala impede que uma nação atinja todo o seu potencial de desenvolvimento humano. Países com altas taxas de analfabetismo têm mais dificuldade de competir no cenário global, especialmente em uma economia cada vez mais baseada em tecnologia e inovação. As disparidades entre alfabetizados e analfabetos contribuem para o aumento da desigualdade social, o que impacta diretamente o desenvolvimento econômico ao reduzir o consumo interno e aumentar os custos sociais, como programas de assistência (RIBEIRO, 1999).

O analfabetismo entre mulheres negras é um reflexo das desigualdades estruturais e históricas que afetam essa população. Abordar essa questão requer uma abordagem abrangente que inclua reformas no sistema educacional, políticas públicas específicas, apoio comunitário e a promoção da inclusão e da justiça social. Reconhecer e enfrentar essas desigualdades é essencial para garantir que todas as mulheres, independentemente de sua cor, tenham acesso à educação de qualidade e às oportunidades necessárias para seu desenvolvimento e empoderamento.

As mulheres ocupam um papel central em duas áreas críticas abordadas pelo governo: o combate à fome e à exploração sexual. No contexto da fome, as mulheres são agentes básicas na sustentação e organização da sobrevivência doméstica. Elas são, tradicionalmente, as principais responsáveis pela administração do lar e do cuidado com a alimentação da família, especialmente em populações de baixa renda. Essa responsabilidade as coloca em uma posição estratégica para a execução de programas como o Fome Zero, que visava erradicar a insegurança alimentar no Brasil (BEISIEGEL, 1997).

Ao envolver diretamente as mulheres em políticas públicas de combate à fome, o governo reconheceu seu papel na gestão dos recursos alimentares da família. A participação das mulheres em programas de agricultura familiar,

cooperativas de produção e outras iniciativas não apenas garantiu a segurança alimentar, mas também promoveu sua autonomia econômica. Dessa forma, as mulheres não foram apenas beneficiárias, mas agentes ativas na construção de uma sociedade mais justa, onde o acesso ao alimento é um direito garantido.

As mulheres são peças-chave nas campanhas de conscientização e nos esforços de resgate e reintegração de vítimas. As organizações feministas, muitas vezes, fornecem apoio psicológico, legal e social para mulheres traficadas, sendo fundamentais na construção de redes de proteção.

Em ambas as frentes combate à fome e exploração sexual as mulheres exercem um papel vital. Elas são agentes primordiais na administração dos recursos da família e também as principais vítimas e, ao mesmo tempo, combatentes na luta contra o tráfico sexual. Seu envolvimento nessas questões oferece soluções mais eficazes e sustentáveis, uma vez que suas experiências, resiliência e capacidades organizacionais são aproveitadas em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

O analfabetismo especialmente em contextos de pobreza, tem sido um tema amplamente discutido, com muitas pesquisas, inclusive promovidas pela Unesco, apontando uma ligação direta entre a alfabetização das mães e o bem-estar das famílias. Uma mãe alfabetizada tende a melhorar não só sua própria qualidade de vida, mas também a de seus filhos, contribuindo para a educação e desenvolvimento deles. Essa constatação revela a importância de mobilizar as mulheres como colaboradoras essenciais em programas de governo, como o Fome Zero, mas sem reforçar as divisões tradicionais de gênero (VASQUES,2019).

Pesquisas mostram que mães alfabetizadas são mais propensas a valorizar a educação dos filhos, a buscar melhores condições de saúde e a gerenciar de forma mais eficaz os recursos familiares. O conhecimento adquirido pela alfabetização permite que as mulheres acessem mais informações, tomem decisões mais conscientes e participem ativamente em esferas como a saúde, a nutrição e o planejamento familiar. Nesse sentido, garantir o acesso à educação para mulheres é uma estratégia poderosa para romper ciclos de pobreza e melhorar a qualidade de vida das futuras gerações.

No entanto, ao envolver as mulheres em programas como o Fome Zero, é fundamental evitar cair em divisões sexuais tradicionais de trabalho, onde as

mulheres são restritas ao papel de cuidadoras enquanto os homens gerenciam os recursos. O desafio é criar espaços em que as mulheres possam assumir papéis de liderança, gestão e tomada de decisões em todas as etapas dos programas, não apenas no cuidado doméstico ou na preparação de alimentos. A ideia é garantir que as mulheres participem igualmente da gestão de recursos e das decisões estratégicas que impactam suas famílias e comunidades.

Para evitar a perpetuação dessas divisões tradicionais de trabalho e poder, é necessário adotar algumas medidas como promover treinamentos que capacitem as mulheres para atuar não apenas na execução de tarefas domésticas, mas também na administração de recursos, liderança em cooperativas e participação ativa em debates sobre políticas públicas (BRASIL,2010).

Encorajar a presença de mulheres em espaços de tomada de decisão, tanto dentro das comunidades como nas esferas de governo, para que possam influenciar diretamente a implementação e o desenvolvimento de políticas públicas. Ao mesmo tempo, é importante valorizar o trabalho doméstico sem restringir as mulheres a ele. O reconhecimento do papel que a mulher desempenha na sobrevivência familiar deve vir acompanhado da redistribuição equitativa das responsabilidades domésticas, de modo que os homens também sejam integrados nesses cuidados.

Envolver as mulheres como protagonistas, em vez de apenas colaboradoras, transforma a dinâmica de poder dentro dos programas sociais. Isso significa que elas devem ser vistas como gestoras de recursos, líderes comunitárias e participantes ativas na formulação de políticas públicas. Essa abordagem não só fortalece a eficácia dos programas governamentais, mas também rompe com o ciclo de desigualdade de gênero.

Embora as mulheres desempenhem um papel fundamental em programas como o Fome Zero, é necessário que sua participação não seja confinada a papéis tradicionais de cuidado, mas que elas sejam valorizadas como gestoras e líderes em suas comunidades. Garantir a alfabetização e a participação plena das mulheres em todas as esferas desde a gestão de recursos até a tomada de decisões políticas não apenas melhora a qualidade de vida das famílias, mas também desafia e transforma as divisões sexuais de trabalho e poder enraizadas na sociedade.

3 MULHERES BRASILEIRAS QUE FIZERAM HISTÓRIA

A história do Brasil é, de fato, rica e diversificada, e as mulheres negras têm uma contribuição fundamental que muitas vezes foi negligenciada. As mulheres negras no Brasil sempre foram protagonistas de lutas significativas. Desde a época colonial, muitas delas participaram de movimentos de resistência contra a escravidão. Exemplos incluem Tia Ciata, que, além de ser uma importante figura na cultura do samba, também estava envolvida na luta pelos direitos dos afro-brasileiros. Outras, como Maria Felipa, lideraram revoltas e manifestações contra a opressão e a escravidão, desafiando não só o sistema escravocrata, mas também os estereótipos de gênero (BRASIL,2010).

As mulheres negras contribuíram profundamente para a cultura brasileira, influenciando a música, a literatura e as artes. Nomes como Conceição Evaristo e Aline Wirley destacam-se na literatura e na música, trazendo à tona questões de identidade, resistência e a vivência da mulher negra no Brasil. A cultura afro-brasileira é um pilar da identidade nacional, e as mulheres desempenharam um papel crucial na transmissão e preservação dessas tradições.

Após a abolição da escravidão em 1888, as mulheres negras continuaram a lutar contra a discriminação e a desigualdade. Chica da Silva, uma mulher que se destacou em sua época, desafiou normas sociais e promoveu mudanças significativas na vida de sua comunidade, embora ainda fosse limitada pelas estruturas sociais da época. Mais recentemente, figuras como Marielle Franco tornaram-se ícones de luta por direitos humanos, igualdade de gênero e combate ao racismo, mostrando a continuidade dessa resistência.

A alfabetização e a educação têm sido ferramentas essenciais para a emancipação das mulheres negras. Projetos e iniciativas de educação voltadas para essa população têm se mostrado fundamentais na luta contra a desigualdade social e racial. Organizações e movimentos têm trabalhado para promover o empoderamento feminino, destacando a importância da educação como um meio de transformação social (BRASIL,1996).

É importante reconhecer que a luta das mulheres negras no Brasil é marcada pela interseccionalidade, onde as questões de raça e gênero se entrelaçam. Elas enfrentam uma dupla discriminação que exige uma abordagem

específica em suas reivindicações. Movimentos sociais e feministas que incorporam a perspectiva afro-brasileira são essenciais para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

As mulheres negras no Brasil têm desempenhado um papel de grande importância na formação da identidade nacional, na luta por justiça social e na construção de uma sociedade mais igualitária. Suas histórias de resistência, força e criatividade continuam a inspirar novas gerações e a moldar o futuro do Brasil. Reconhecer e valorizar essas contribuições é fundamental para a construção de uma sociedade que respeite e celebre sua diversidade.

Maria Firmina dos Santos foi uma das primeiras romancistas negras do Brasil. Seu livro “Úrsula” (1859) é considerado o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher negra no Brasil. A obra aborda questões de escravidão e desigualdade social. Além de escritora, Maria Firmina dos Santos também foi professora e fundou uma escola para crianças negras em São Luís, Maranhão, promovendo a educação como um caminho para a emancipação social.

Liderança no Quilombo dos Palmares: Dandara dos Palmares foi uma líder guerreira e estrategista no Quilombo dos Palmares, uma comunidade de resistência contra a escravidão no Brasil. Ela foi uma figura central na luta pela liberdade e na defesa do quilombo. Dandara é lembrada por sua coragem e determinação na resistência contra as forças coloniais que tentavam destruir o Quilombo dos Palmares.

Lélia Gonzalez foi uma importante ativista, antropóloga e professora. Ela foi uma das pioneiras na luta pelos direitos das mulheres negras no Brasil e desempenhou um papel crucial na reflexão crítica sobre questões de raça e gênero. Gonzalez foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) e trabalhou para promover a igualdade racial e de gênero. Seu trabalho acadêmico e ativismo contribuíram para o desenvolvimento do pensamento crítico sobre a identidade racial e a opressão das mulheres negras.

Essas mulheres desempenharam papéis fundamentais em suas respectivas áreas e deixaram legados significativos para a luta por justiça e igualdade no Brasil. As mulheres negras têm uma história rica de resistência e luta. Desde as épocas de escravidão, quando lutavam contra a opressão e a desumanização, até os dias atuais, elas continuam a ser vozes ativas na busca por direitos. O legado de figuras como Zumbi dos Palmares e Dandara é um

testemunho do espírito indomável das mulheres negras que, mesmo diante de grandes adversidades, se levantaram para reivindicar liberdade e dignidade (RUSSO,2018).

A influência das mulheres negras se estende além da luta pelos direitos. Elas têm desempenhado um papel importante na formação da cultura brasileira, contribuindo para a música, a dança, a literatura e outras formas de expressão artística. Nos últimos anos, movimentos como o Movimento Negro Unificado e organizações voltadas para a defesa dos direitos das mulheres negras têm emergido com força. Elas trabalham para conscientizar a sociedade sobre a necessidade de combater o racismo e a misoginia, promovendo políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades em educação, emprego e saúde.

O acesso à educação é uma das chaves para a emancipação das mulheres negras. Iniciativas que promovem a alfabetização e a formação profissional são essenciais para empoderá-las e permitir que alcancem seus objetivos. Essas ações não apenas beneficiam as mulheres individualmente, mas também têm um impacto positivo em suas famílias e comunidades.

Apesar dos avanços, a luta por igualdade de direitos e oportunidades ainda enfrenta muitos desafios. A violência de gênero, a discriminação racial e a desigualdade econômica ainda são realidades enfrentadas diariamente por muitas mulheres negras no Brasil. Celebrar as conquistas do passado é fundamental, mas é igualmente importante continuar a pressionar por mudanças estruturais que garantam um futuro mais justo e igualitário (BRASIL,1999).

As mulheres negras que fizeram história no Brasil são verdadeiras heroínas, e suas histórias devem ser celebradas e lembradas como fonte de inspiração. O legado de sua luta, resiliência e conquistas continua a iluminar o caminho para a justiça social. Ao reconhecer suas contribuições e continuar a trabalhar por igualdade de oportunidades, estamos não apenas honrando essas mulheres incríveis, mas também construindo um Brasil mais inclusivo e justo para todos. A jornada está longe de terminar, mas a força e a determinação das mulheres negras nos motivam a seguir em frente, lutando por um futuro melhor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e mulheres analfabetas trouxe à tona importantes questões relacionadas ao acesso à educação, os desafios específicos enfrentados por essas mulheres, e as dinâmicas que impactam seu desenvolvimento educacional e social. Os dados coletados a partir dos questionários e das entrevistas revelaram tanto fatores comuns quanto barreiras que afetam esse grupo, assim como reflexões sobre o papel da educação na transformação de suas realidades (HADDAD,2010).

Os resultados indicaram que as mulheres participantes pertence a grupos socioeconomicamente vulneráveis, com rendas familiares abaixo de dois salários mínimos. A maioria delas exerce funções informais no mercado de trabalho, como trabalhadoras domésticas ou em atividades informais como venda de alimentos ou artesanato.

Este perfil reforça a correlação entre a pobreza e o analfabetismo, evidenciando que mulheres com menor acesso a recursos financeiros são as mais impactadas pela falta de escolarização. A ausência de políticas sociais eficazes no passado contribuiu para a marginalização de muitos desses grupos. As mulheres relataram que responsabilidades familiares, como cuidado com filhos e idosos, foram fatores decisivos para seu afastamento do ambiente escolar, confirmando o papel tradicional de cuidadora, comumente associado ao gênero feminino.

As mulheres entrevistadas relataram que o principal motivo para retornarem à escola foi a necessidade de melhorar suas condições de vida e proporcionar um futuro melhor para seus filhos. No entanto, elas também mencionaram desafios significativos, como a sobrecarga de tarefas domésticas, falta de apoio familiar, preconceito social e falta de recursos financeiros para transporte e materiais escolares.

"Eu queria poder assinar meu próprio nome, ler uma carta sem depender de ninguém, saber o que está escrito nas receitas, no meu contracheque, no aviso de contas a pagar. Eu queria ser mais independente, ter mais controle da minha vida."
— Mulher de 40 anos, participante do programa EJA.

Esta fala demonstra uma busca pela autonomia que o analfabetismo retira das mulheres, especialmente em contextos familiares ou econômicos em que a dependência é mais intensa. Para muitas mulheres, o ato de voltar para a escola está diretamente ligado ao desejo de não precisar mais depender dos outros para realizar tarefas cotidianas que envolvem leitura e escrita.

"Eu vi meus filhos estudando, fazendo lição de casa, e pensei que se eu não estudasse, como poderia ajudá-los? Eu não queria que eles crescessem pensando que mãe é aquela que não sabe nada."
— *Mulher de 36 anos, mãe de três filhos, participante da EJA*

Aqui, a motivação é claramente o desejo de ser exemplo para os filhos e poder contribuir mais ativamente no processo educacional deles. Para muitas mulheres, a educação dos filhos é um dos maiores impulsos para retornar à escola, especialmente porque a educação é vista como um caminho para transformar a realidade familiar e melhorar o futuro das crianças.

"Eu sempre trabalhei como doméstica e nunca tive um trabalho melhor porque não sabia ler nem escrever. Voltar à escola me dá a chance de conseguir um emprego melhor, com mais direitos."
— *Mulher de 29 anos, trabalhadora doméstica, participante da EJA*

A busca por uma melhoria nas condições de trabalho e, conseqüentemente, na qualidade de vida está entre as principais razões. O analfabetismo limita as oportunidades de trabalho, e a educação é vista como uma porta para novas possibilidades profissionais, muitas vezes associadas a melhores salários e condições de trabalho.

Esses achados indicam que, embora as mulheres estejam motivadas a buscar educação, enfrentam barreiras estruturais e culturais. A sobrecarga de responsabilidades domésticas continua a ser uma questão crítica, associada à tradicional divisão sexual do trabalho, na qual mulheres assumem a maior parte dos cuidados familiares. O estudo de Freire (2001) sobre a educação popular ressalta a necessidade de criar um ambiente educacional que leve em conta a realidade vivida pelos sujeitos, o que, neste caso, implica oferecer suporte

prático e psicológico para que as mulheres possam participar plenamente do processo educacional.

As mulheres participantes expressaram sentimentos de vergonha e frustração por serem analfabetas, relatando que isso limitava suas oportunidades de emprego, sua autonomia em questões cotidianas e até sua participação em atividades comunitárias. Muitas também enfatizaram que o analfabetismo impedia que ajudassem seus filhos nos estudos, reforçando a sensação de inadequação social (GALVÃO, 2014).

"Eu me sentia muito envergonhada, especialmente quando tinha que assinar algum documento ou até mesmo quando me pediam para ler um papel. As pessoas olham com um certo desprezo, como se você fosse burra ou incapaz."
— Mulher de 37 anos, participante da EJA

Essa fala reflete a vergonha social que muitas mulheres sentem ao se depararem com a impossibilidade de realizar tarefas simples que envolvem leitura e escrita, como assinar documentos ou ler bilhetes. Para muitas, o analfabetismo é um estigma que as faz sentir-se inferiores e desprezadas pelas outras pessoas.

"Sempre quis estudar, mas a vida não me deixou. Quando eu era jovem, não pude continuar os estudos porque precisava ajudar em casa. Mas o que mais me frustra é olhar para trás e ver que perdi tantas oportunidades. O tempo passou e eu não aprendi o que queria."
— Mulher de 42 anos, participante da EJA

Este depoimento expressa a frustração de não ter tido a chance de estudar quando jovem e a sensação de que o tempo perdido é irreparável. Para muitas mulheres, o retorno à escola na EJA está ligado a uma tentativa de "recuperar o tempo perdido", mas a frustração pode ser grande ao perceberem que, apesar do esforço, não podem reverter completamente as desvantagens que o analfabetismo causou ao longo de sua vida.

"Eu me culpava muito. Pensava que se eu tivesse estudado, teria uma vida melhor, talvez um emprego mais digno. Fiquei muito tempo me sentindo culpada por não ter aprendido a ler e escrever antes. Achava que minha vida era um fracasso."
— Mulher de 50 anos, participante da EJA.

A culpa é um sentimento recorrente entre mulheres que não tiveram a oportunidade de estudar. Muitas se culpam por não terem buscado ou aproveitado as oportunidades de educação no passado, associando sua falta de escolaridade ao "fracasso" em suas vidas pessoais e profissionais.

A percepção negativa em relação ao analfabetismo entre as mulheres entrevistadas reflete a interiorização de estigmas sociais, em que a ausência de habilidades de leitura e escrita é vista como uma falha pessoal, em vez de um reflexo das desigualdades estruturais. Além disso, o impacto intergeracional do analfabetismo, especialmente na educação dos filhos, aponta para a necessidade de ações de longo prazo que envolvam não apenas a escolarização de mulheres, mas também programas de apoio familiar.

Entre as mulheres que participavam do EJA, a maioria relatou que o programa trouxe mudanças positivas em suas vidas. Elas mencionaram o aumento da autoestima, maior confiança em suas capacidades e uma percepção renovada de suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Algumas também relataram melhorias no convívio familiar, especialmente em relação à comunicação com seus filhos.

Quadro 1- Mudanças positivas que a educação trouxe para minha vida

Nome	Idade	Motivo para Participar do EJA	Mudanças Positivas Relatadas	Fala da Participante
A	37 anos	Superar a vergonha e a falta de autoestima por ser analfabeta	Aumento da autoestima e autoconfiança	"Quando comecei a ler e escrever, me senti outra pessoa. Hoje, consigo ir ao banco, ler cartas e até responder meus filhos quando eles têm dúvidas. Isso me fez sentir mais capaz e respeitada."

B	42 anos	Melhorar suas condições de trabalho e ajudar os filhos nos estudos	Melhoria na qualidade de vida e capacidade de ajudar os filhos	"Agora, consigo ler os materiais que os meus filhos trazem da escola e ajudar nas lições de casa. Eles também se sentem orgulhosos de mim. Além disso, consegui um emprego melhor, onde sou mais valorizada."
C	50 anos	Ter independência e não depender de outros para realizar tarefas simples	Independência e maior controle sobre a vida financeira	"Antes, eu dependia de amigos ou parentes para fazer coisas simples, como ler um contrato ou um recibo. Agora, posso fazer tudo sozinha, sem vergonha. Tenho controle sobre minha vida e meu dinheiro."

Fonte: dados da pesquisa,2024.

Esses resultados estão em consonância com a ideia de que a educação é um ato de empoderamento, conforme defendido por Freire (2001). Ao adquirir habilidades básicas, as mulheres não apenas melhoram suas condições de vida, mas também se tornam agentes de transformação em suas famílias e comunidades. No entanto, para que o impacto seja duradouro, é necessário um acompanhamento contínuo que vá além da alfabetização, garantindo que essas mulheres possam acessar novas oportunidades econômicas e sociais (ARROYO,2011).

Apesar dos benefícios relatados, as mulheres apontaram vários obstáculos ao acesso e à permanência no EJA. Entre os mais citados estavam a falta de horários flexíveis para conciliar trabalho e estudo, a ausência de creches para

seus filhos, e a localização das escolas, que muitas vezes requer longos deslocamentos. Outras barreiras incluíam a falta de programas de alfabetização voltados especificamente para mulheres.

Os obstáculos apontados sugerem que o formato atual da EJA ainda não atende plenamente às necessidades das mulheres. A criação de políticas públicas que ofereçam soluções práticas, como creches noturnas, transporte gratuito e currículos adaptados à realidade dessas mulheres, é essencial para garantir que possam concluir sua formação. Este dado reforça a necessidade de ações contínuas e não emergenciais, conforme sugerido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Brasil, 2000), que reconhecem a importância de uma abordagem sistemática e duradoura para a inclusão educacional.

As mulheres entrevistadas, especialmente as chefes de família, reconheceram que sua participação em programas sociais como o Fome Zero era fundamental para a sobrevivência doméstica. No entanto, expressaram preocupações sobre a perpetuação de estereótipos de gênero, em que as mulheres eram vistas apenas como responsáveis pela alimentação da família, enquanto decisões sobre recursos financeiros e outros aspectos eram delegadas aos homens (VASQUES, 2019).

Quadro 2- Sobrevivência doméstica e o bem-estar familiar

Programa Social Participado	Motivo para Participar	Mudanças Positivas Relatadas	Fala da Participante
Fome Zero	Garantir a alimentação básica para os filhos	Acesso à alimentação regular e melhoria na qualidade de vida	"O Fome Zero foi o que me salvou. Antes, eu passava dias sem saber o que dar de comida para meus filhos. Com a ajuda do programa, pude alimentar minha família com mais dignidade."
Fome Zero	Evitar que os filhos passassem fome	Alimentação adequada para as crianças e redução da insegurança alimentar	"Sem o programa, meus filhos não teriam o que comer. O Fome Zero me ajudou a manter a casa com comida, e hoje eles não precisam mais passar fome. Isso trouxe mais tranquilidade para nós."
Fome Zero	Suprir a falta de renda fixa para compra de alimentos	Aumento na estabilidade alimentar e redução	"Com a ajuda do Fome Zero, consegui garantir arroz, feijão, e outros alimentos essenciais em

		do estresse com a alimentação	casa. Isso aliviou muito a pressão do dia a dia e me deu uma sensação de segurança que eu não tinha antes."
--	--	-------------------------------	---

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Essa observação está alinhada com a crítica feita à tradicional divisão sexual do trabalho, destacada anteriormente. Para que programas como o Fome Zero e o EJA não reforcem essas divisões, é essencial que incluam abordagens que promovam a autonomia e o empoderamento integral das mulheres, reconhecendo seu papel não apenas na esfera doméstica, mas também como agentes econômicas e sociais ativas.

Os resultados deste estudo evidenciam que a educação de mulheres analfabetas no contexto da EJA é um processo complexo e multifacetado. A pesquisa revelou as principais barreiras enfrentadas por essas mulheres e os desafios relacionados à permanência no sistema educacional. No entanto, também mostrou o grande potencial transformador que a educação pode oferecer, ao empoderar essas mulheres e permitir sua inserção plena na sociedade. É necessário que as políticas públicas continuem a evoluir, oferecendo soluções que levem em consideração as realidades de gênero e promovam a equidade no acesso à educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e mulheres analfabetas evidenciou a urgência de se construir uma educação inclusiva e efetiva que considere as necessidades e realidades de um público historicamente marginalizado. As mulheres entrevistadas demonstraram uma forte vontade de aprender e se inserir no mundo letrado, porém enfrentam inúmeros desafios estruturais, culturais e sociais que limitam seu acesso e permanência na educação.

A trajetória dessas mulheres reflete não apenas a exclusão educacional, mas também a exclusão econômica e social, que é marcada pela desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho. A educação, enquanto instrumento de transformação social, possui o potencial de empoderar essas mulheres, permitindo-lhes não apenas a leitura e escrita, mas a participação plena e consciente na sociedade e no mercado de trabalho.

No entanto, o estudo revela que, para que isso se concretize, é necessário que as políticas públicas sejam pensadas de forma contínua e integrada, rompendo com a lógica de ações fragmentadas e emergenciais. Programas como o EJA precisam ser aprimorados para atender melhor às realidades dessas mulheres, oferecendo horários flexíveis, suporte familiar e creches, além de um currículo que dialogue diretamente com suas experiências e necessidades.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Brasil, 2000) já apontam para essa necessidade de ações sistemáticas e sucessivas, mas ainda é preciso avançar na implementação de políticas públicas que promovam verdadeiramente a inclusão. O papel da sociedade civil, das instituições educacionais e do governo é central para assegurar que essas mulheres tenham o direito à educação e que possam, com isso, conquistar novas oportunidades.

Concluimos que o processo de escolarização dessas mulheres deve ser pensado como um direito humano fundamental, e não como uma concessão ou ação emergencial. A luta pela educação de mulheres analfabetas no Brasil faz parte de uma agenda maior de inclusão social, que busca garantir igualdade de oportunidades e o pleno exercício da cidadania. A continuidade desse movimento é essencial para que possamos vislumbrar um futuro mais equitativo,

em que todas as mulheres tenham suas vozes ouvidas e seus direitos respeitados.

Por fim, reforçamos que o legado dessas mulheres, sua força e resiliência, inspiram não apenas as políticas públicas, mas toda a sociedade a trabalhar pela superação das desigualdades que ainda persistem. A educação é o caminho para a emancipação e o empoderamento, e somente com um olhar atento e inclusivo poderemos garantir que esse direito se estenda a todas as mulheres, especialmente as que foram historicamente marginalizadas e invisibilizadas.

REFERENCIAS

- ALMEIDA, M. L. de (2004). *O analfabetismo no Brasil: um olhar sobre a desigualdade de gênero*. São Paulo: Editora Moderna.
- ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, M.; GOMES, N.; SOARES, L. (Orgs). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BEISIEGEL, C. de R. A política de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL, Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo, versão 2009/Orgs. Andreia Barreto, Leila Araújo, Maria Elisabete Pereira – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- _____, Gestão de Políticas em Gênero e Raça/GPP – GeR: Módulo II e VII Orgs. Maria Luzia Heilbon, Leila Araújo, Andreia Barreto – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as mulheres, 2010.
- _____, Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.
- _____, Ministério da Educação e Cultura, MEC. Salto para o futuro – Educação de Jovens e Adultos/Ministério da Educação, SEED, 1999.
- _____, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Com todas as mulheres, por todos os seus direitos, 2010, 206 p.
- _____, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 3ª Reimpressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo. Movimentos de mulheres negras no Brasil. 2001. Disponível <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiroenegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-umaperspectiva-de-genero>.
- FERRARO, Alceu Ravanello. História inacabada do analfabetismo no Brasil (São Paulo: Cortez; BBHEB, 2009).

FERREIRA, R. (2009). *Analfabetismo e gênero: uma análise da educação para as mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos*. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1989.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio. *História da alfabetização de adultos no Brasil*. In: ALBUQUERQUE, Eliana; LEAL, Telma (Org.). *A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. *Escolarização de jovens e adultos*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p.108-130, maio/ago. 2010.

LEONCY, Christiane Evely Teixeira. *Mulheres na EJA: questões de identidade e gênero*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação, 2013.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e de aprendizagem*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, p. 59-73, n. 12, set./dez. 2009.

RIBEIRO, Vera Masagão. *Alfabetismo e atitudes: pesquisa com jovens e adultos*. Campinas: Papirus; São Paulo: Ação Educativa, 1999.

PORTAL globo.com. *Mulheres são maioria em curso da EJA*. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL1163324-5604,00MULHERES+SAO+MAIORIA+EM+CURSOS+DO+EJA.html> Acesso em maio de 2024. em

ROSEMBERG, Fúlvia. PIZA, Edith. *Analfabetismo, gênero e raça no Brasil*. Revista USP, São Paulo (28): 110 – 121, Dezembro/Fevereiro 2006.

RUSO, Glaucia e outras. *Questão social e mediação de gênero. A marca feminina na Assistência Social*. Ser Social: Brasília. V. 10, n. 22, p.129-159, jan/jun de 2018.

SCHNEIDER, C. (2002). *Mulheres e educação no Brasil: histórias e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lucia Gomes de. Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 16, 13 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-a-escola-como-local-de-excelencia-para-a-realizacao-dos-processos-de-ensino-e-aprendizagem>.

ANEXOS - Questionário para mulheres não alfabetizadas**DADOS PESSOAIS**

- 1 – Nome da pessoa entrevistada:
 - 2 – Auto declaração de Gênero, etnia e religião:
 - 3 – Data de nascimento:
 - 4 – Cidade e Estado de nascimento:
 - 5 – Há quanto tempo tem moradia na cidade?
 - 6 – Estado civil:
 - 7 – Tem filhos(as)?
 - 8 – Os(as) filhos(as) estudam? Quais as séries?
 - 9 – Você trabalha? Em quê?
 - 10 – Com relação a sua renda familiar, você diria que mensalmente recebe:
() menos de 1 salário mínimo
(x) 1 salário mínimo ou mais
() mais de 2 salários mínimos
-
- 1 – Você assina seu nome?
 - 2 – Você vota? Por quê?
 - 3 – Você gostaria de aprender a ler e a escrever? Por quê?
 - 4 – Quais são as dificuldades que você enfrenta por não saber ler e escrever?
 - 5 . Por que você voltou a estudar?
 6. Você tem apoio pra estudar na EJA?
 7. Se sim, quem são as pessoas que te incentivam a estudar?
 8. Quais seus objetivos de vida depois de concluir a EJA ?